



Opinião
João Oliveira

Fazer casas em vez de armas para as destruir

Há cerca de um mês, no concelho da Moita, fui ao encontro de uma família na barraca onde vivem. É um casal de jovens com dois filhos, um de 4 anos e outro de apenas 1 mês. Ele trabalha, ela não. Viveram durante algum tempo em casa de um familiar, mas após a sua morte foram despejados. Não encontram uma casa que possam pagar, nem encontraram, até hoje, qualquer solução de habitação social. Vivem numa barraca expostos ao frio, à chuva, a todo o tipo de intempéries, receando pela sua saúde, mas sobretudo pela dos filhos.

Na situação extrema em que vivem estes jovens haverá provavelmente milhares pelo país fora. Em situação não tão extrema, mas igualmente sem acesso a uma habitação digna deverão ser centenas de milhares ou mais que isso.

A falta de habitação não é só um problema de pessoas empurradas para situações de pobreza ou exclusão social. É um problema que atinge crescentemente camadas intermédias da população, gente que trabalha ou recebe uma pensão, que tem um salário, mas não tem casa onde morar. Pessoas que no fim de um dia de trabalho regressam a um parque de campismo, à camarata de uma instituição social ou que dormem na rua, recorrendo a um balneário social quando despertam para a sua rotina diária.

É uma parte da população com a vida adiada ou interrompida por uma circunstância tão absolutamente demolidora da perspectiva de uma vida organizada como é a falta de uma habitação.

A falta de habitação é um

problema de enormes proporções e tem de ser encarado como problema social que é, em Portugal e em toda a União Europeia (UE).

A questão é que nem em Portugal, nem na UE, parece haver vontade política de avançar nesse sentido. Nem os sucessivos governos nacio-

nais actuam em correspondência com o discurso que fazem, nem as instituições da UE assumem responsabilidades no apoio às soluções que têm de ser encontradas a nível nacional.

Em alguns casos desvaloriza-se mesmo o problema da habitação.

No dia 1 de Abril, a Comissão Europeia anunciou uma revisão da Política de Coesão que aponta cinco novas prioridades. Entre elas estão a defesa e a habitação.

A escolha do “Dia das Mentiras” podia ter sido justificada com a intenção de “pregar” uma partida, mas não foi. É mesmo intenção da Comissão Europeia permitir que as verbas dos Fundos de Coesão sejam utilizadas para a produção de armas e outros gastos militares.

A habitação, tal como algumas das outras novas prioridades, apenas aparece para dourar a pílula, para disfarçar o absurdo, para suavizar o choque: a UE quer considerar o militarismo e a corrida às armas como prioridades da política de coesão.

E coloca-as no mesmo patamar de relevância que o acesso à habitação, ou mesmo a um nível superior, se considerarmos que para os gastos militares está até apontado um aumento de 800 mil milhões de euros para os próximos anos.

Além de tudo o que já era preciso fazer, também vai ser preciso erguer a voz para dizer que o povo precisa é de casas, não é de armas para as destruir.

*Eurodeputado
Escreve sem aplicação do novo
Acordo Ortográfico*

OLHAR

Mais de 100 imigrantes de diversas partes do país protestaram ontem em Lisboa por falta de respostas da Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

A iniciativa partiu dos próprios cidadãos, que procuraram o apoio da associação Solidariedade Imigrante (Solim) que ajudou na organização do ato. Nos cartazes, lia-se “fazer um contrato de trabalho é dar dignidade a quem trabalha”, “direitos iguais – somos todos imigrantes”, “nós trabalhadores não somos criminosos”, “nós trabalhamos duro, queremos legalização”, “integração de longo prazo merece residência” e “nós amamos Portugal”.

FOTO **MIGUEL A. LOPES**
/LUSA



Opinião
Jorge Costa Oliveira

Tarifas, recessão e paninhos quentes

O governo Trump utiliza as tarifas de três maneiras principais, como:

1. instrumento macroeconómico: função mais convencional, seja para proteção das indústrias nacionais (ex: a siderúrgica), incentivo à produção nacional, diminuição dos défices da balança comercial, aumento das receitas públicas provenientes dos direitos tarifários.

2. instrumento de negociação – as tarifas são uma forma de pressionar os parceiros comerciais durante as negociações, uma potencial moeda de

troca; podem aumentar a margem de manobra dos EUA e resultar em novos acordos comerciais – como o acordo comercial EUA-China Fase Um assinado durante o primeiro mandato de Trump.

3. instrumento punitivo: como alternativa ao uso de sanções financeiras ou outras para “punir” ou “sancionar”, inclusive para questões não-comerciais.

Porém, é duvidoso que Trump tenha ponderado bem os efeitos decorrentes do brutal aumento de tarifas que impôs em relação a praticamente